

peitado o quórum de 2/3 foi indeferida a inscrição, com fundamento no voto do Conselheiro Ricardo Toledo Santos Filho, que o apresentará por escrito. Compôs a minoria (9 votos) o voto do relator que ficou vencido. TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA – 2. PD 02R0002312012 - Conselheiro Relator: Dr. Roberto Delmanto Junior – Por votação unânime e respeitado o quórum de 2/3 (73 votos), foi acolhida a proposta de exclusão constante do voto do relator. Relator "ad hoc" o Conselheiro Fabio Guedes Garcia da Silveira. 3. PD 20R0004872012 - Conselheiro Relator: Dr. Edmilson Wagner Gallinari – Por unanimidade e respeitado o quórum de 2/3 (77 votos) foi acolhida a proposta de exclusão constante do voto do relator. COMISSÃO DE SELEÇÃO E INSCRIÇÃO – 4. Processo NOX nº 351.338 - Pedido de inscrição do bacharel A.C.C.M.J. para apre- ciação da inidoneidade moral do requerente (art. 8º, § 3º, do EAeOAB) – Conselheiro Relator: Dr. Edson Rober- to Reis - Adiado por uma sessão a pedido do procura- dor do interessado. TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA - 5. PD 04R0000832012 - Conselheiro Relator: Dr. Ri- cardo Rui Giuntini – Adiado por uma sessão a pedido do representado. 6. PD 02R0000962012 - Conselheira Relatora: Dra. Andrea Regina Gomes – Por unanimida- de e respeitado o quórum de 2/3 (77 votos) foi acolhi- da a proposta de exclusão nos termos do voto da rela- tora. III - COMUNICAÇÕES GERAIS - FALECIMENTOS: Angelo Osvaldo Spletstoser, OAB SP 323.513, falecido em 16.05.2014, São João da Boa Vista; Antenor Emilton Campos Vieira, OAB SP 86.157, falecido em 18.05.2016, Porto Feliz; Arnaldo Malheiros Filho, OAB SP 28.454, falecido em 24.05.2016, Capital; Clineu Ferreira, OAB SP 93.433, falecido 28.05.2016, Sorocaba – suscitado pelo Conselho e pelo Conselheiro Antonio Carlos Del- gado Lopes; Dirlene Ourives Pugliese, OAB SP 341.992, falecida em 09.06.2016, Tatuapé; Camila Mariano dos Santos, OAB SP 290.521, falecida em 14.06.2016, Soro- caba – suscitado pelo Conselho e pelo Conselheiro An- tonio Carlos Delgado Lopes; Apriigo Teodoro Pinto, OAB SP 14.702, falecido em 15.06.2016, Jundiá – suscitado pela Conselheira Secretária Geral Adjunta, Dra. Gisele Fleury Charmillot Germano de Lemos; Moacir Padovan, OAB SP 9.625, falecido em 13.06.2016, Campos do Jordão; Ricardo Mathiensen da Silva, OAB SP 207.343, falecido em 06.06.2016 – por proposta do Conselheiro Ricardo Galante Andreetta; Claudio Cardoso, OAB SP 25.436 - por proposta do Conselheiro Ailton José Gime- nez; Benedito Wladir Ribeiro Verdi, OAB SP 34.319 - por proposta dos Conselheiros José Eduardo de Mello Filho e Carlos Simão Nimer; Valtênir Murari, OAB SP 57.900 – por proposta dos Conselheiros José Eduardo de Mello Filho e Carlos Simão Nimer; Fernando Bruschi- ni de Queiroz, OAB SP 10.961 – por proposta dos Con- selheiros José Eduardo de Mello Filho e Carlos Simão Nimer; Fernando Maida Junior, OAB SP 40.090 – pro- posta do Conselheiro Fabio Guedes Garcia da Silveira; Vicente Jose Rocco, OAB SP 10.685, falecido em 05.06.2016 – por proposta da Conselheira Rosa Luzia Cattuzzo; Norberto Socorro Leite da Silva, OAB SP 145.062, falecido em 08.06.2016 – por proposta da Conselheira Rosa Luzia Cattuzzo; Aristogenes Moreira de Oliveira e Souza, OAB SP 37.524 – por proposta do Conselheiro Jose Pablo Cortes. ANIVERSÁRIOS de Ju- nho: dia 1º - Pedro Paulo Wendel Gasparini; dia 02 - Carlos Alberto Maluf Sanseverino; dia 04 - Alexandre Luis Mendonca Rollo; dia 15 - Ricardo Hiroshi Botelho Yoshino e Celio Luiz Bitencourt (Diretor da CAASP); dia 16 - Gisele Fleury Charmillot Germano de Lemos; dia 20 - João Emílio Zola Junior e José Vasconcelos; dia 21 - Maurício Guimarães Cury; dia 22 - Tallulah Kobayashi de A. Carvalho e Rosângela Maria Negrão; dia 23 - So- nia Maria Pinto Catarino; dia 24 - Marcos da Costa; dia 25 – Janaina Conceição Paschoal; dia 26 – Denis Do- mingues Hermida; e, dia 29 – Maria das Graças Perera de Mello. Cumprimentou-se, antecipadamente, o Presi- dente Marcos da Costa pelo seu aniversário, celebra- do-o nesta Sessão de Conselho. TESOURLARIA - De- monstrações Contábeis – exercício 2015 - Conselheiro Relator: Ricardo Luiz de Toledo Santos Filho - Demons- trações Contábeis, Parecer da Comissão Permanente de Orçamento e Contas e Voto do Relator:

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE SÃO PAULO
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SÃO PAULO
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015
CONTEÚDO
Relatório dos auditores independentes
Anexo I - Balanços patrimoniais
Anexo II - Demonstrações dos superávits dos exer- cícios
Anexo III - Demonstrações das mutações do pa- trimônio social
Anexo IV - Demonstrações dos fluxos de caixa
Notas explicativas da administração às demons- trações contábeis
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Aos Srs. Diretores da
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de São Paulo
Examinamos as demonstrações contábeis da Or- dem dos Advogados do Brasil – Seccional de São Paulo ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demons- trações do superávit do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das prin- cipais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as de- monstrações contábeis
A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demons- trações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabo- ração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.
Uma auditoria envolve a execução de procedi- mentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecio- nados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas de- monstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elab- oração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e finan- ceira da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de São Paulo em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
São Paulo, 30 de maio de 2016.
Assessor-Bordin Consultores Empresariais
CRC 2SP013340/O-0
Antonio Carlos Bordin Marcus Vinicius Sperandio
Sócio Presidente Sócio Diretor

CRC 1SP070557/O-0 CRC 1SP252465/O-3
ANEXO I
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Balanços patrimoniais			
Em reais			
ATIVO	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	59.163.183	55.600.572
Valores em cobrança	5	81.357.919	80.064.011
Contribuições estatutárias antecipadas		-	2.474.597
Adiantamentos diversos		2.922.575	2.431.543
Outros ativos		98.201	603.352
		143.541.878	141.174.075
Não circulante			
Depósitos judiciais		1.471.388	1.400.389
Outros créditos		47.211	46.106
Investimentos		71.741	71.741
Imobilizado	6	114.504.712	103.947.814
Intangível	7	798.918	658.676
		116.893.970	106.124.726
		260.435.848	247.298.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
ANEXO I
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

PASSIVO	Nota	2015	2014
Circulante			
Empréstimos		2.056.362	1.640.583
Contribuições estatutárias:			
Conselho Federal	8.1	8.184.292	8.066.893
CAASP	8.2	16.757.592	16.640.133
Fundo Cultural	8.3	2.400.170	2.358.199
FIDA	8.4	1.633.636	1.637.514
Contas a pagar		6.503.856	5.716.254
Provisão para férias e encargos sociais		4.953.505	4.718.400
Retenções contratuais	9	1.560.000	1.560.000
Receitas antecipadas		-	7.733.116
Receitas diferidas - assistência financeira	10	37.934.249	33.515.391
Obrigações sociais e fiscais a recolher		3.662.181	4.979.848
		85.645.843	88.566.331
Não circulante			
Empréstimos		1.199.545	2.597.590
Provisão para passivos contingentes	11	4.901.995	8.025.699
Retenções contratuais	9	32.109.504	30.142.560
Outras obrigações		939.207	255.794
		39.150.251	41.021.643
Patrimônio social			
	12		
Patrimônio social		28.650.021	28.650.021
Ajustes de avaliações patrimoniais		32.128.187	32.660.095
Superávits acumulados		74.861.546	56.400.711
		135.639.754	117.710.827
		260.435.848	247.298.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
ANEXO II
Demonstrações dos superávits
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretora-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Industrial
Diretor de Gestão de Negócios
Jornalista Responsável
redacao@imprensaoficial.com.br

Maria Felisa Moreno Gallego
Marcio Abujamra Aith
Richard Vainberg
Ivail José de Andrade
Eduardo Yoshio Yokoyama
Gabriel Zeitune (MTb 43.569)

Diário Oficial

Estado de São Paulo
PODER JUDICIÁRIO

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp

CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118

Sede e administração

Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01

Filiais

Capital

XV de Novembro

t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

autoridade certificadora oficial

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria de Governo

documento
assinado
digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
sábado, 23 de julho de 2016 às 02:22:25.

	Nota	2015	2014
Receitas			
Ordinárias			
Anuidades pessoas físicas		228.787.766	234.418.145
Contribuições de pessoas jurídicas		12.061.437	11.375.890
Taxas e emolumentos		9.055.121	7.181.412
Inscrições		5.275.267	4.031.026
Multas e atualizações monetárias de anuidades		834.814	814.994
	13	256.014.405	257.821.467
(-) Custo das receitas ordinárias	14	(6.780.147)	(7.149.991)
Receita ordinária líquida		249.234.258	250.671.476
Extraordinárias			
Serviços		31.477.043	21.817.575
Concursos		5.924.620	5.629.399
Financeiras		11.089.216	8.044.861
Diversas		6.539.683	6.118.391
	15	55.030.562	41.610.226
(-) Custo das receitas extraordinárias	16	(22.976.154)	(15.232.742)
Receita extraordinária líquida		32.054.408	26.377.484
Deduções das receitas			
Contribuições estatutárias		(74.576.981)	(76.515.744)
Provisão para perdas		(16.666.462)	(16.767.717)
		(91.243.443)	(93.283.461)
Receitas líquidas		190.045.223	183.765.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
ANEXO II
Demonstrações dos superávits
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2015	2014
Despesas			
Despesas ordinárias			
Com pessoal	17	(113.731.820)	(106.639.153)
Administrativas e gerais	18	(73.280.819)	(67.831.905)
Outras despesas		(1.652.403)	(1.645.853)
		(188.665.042)	(176.116.911)

(-) Apropriações ao Fundo Cultural

6.350.342 6.354.552

Apropriações para custos

Jornal do advogado e exame da ordem	5.134.983	5.768.068
Copiadoras - locação de máquinas	2.617.773	3.047.032
Notas de débito - CAASP / OABPREV	2.994.209	3.773.214
Copiadoras - materiais	1.411.225	1.555.599
Cobrança de anuidades pessoas físicas e jurídicas	2.853.274	2.148.011
Taxas e emolumentos - confecção de carteiras	914.192	873.866
	15.925.656	17.165.790
Despesas extraordinárias		
Financeiras	(4.807.454)	(2.592.568)
Outras	(919.798)	(1.017.251)
	(5.727.252)	(3.609.819)

Superávit do exercício

17.928.927 27.559.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
ANEXO III
Demonstrações das mutações do patrimônio social
Em reais

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2013	14.035.097	33.148.522	42.968.097	90.151.716
Transferência do superávits de exercício (Nota 2)	14.614.924	(488.427)	(14.614.924)	488.427
Realização			27.559.111	27.559.111
Superávit do exercício				
Em 31 de dezembro de 2014	28.650.021	32.660.095	56.400.711	117.710.827
Realização		(531.908)	531.908	
Superávit do exercício			17.928.927	17.928.927
Em 31 de dezembro de 2015	28.650.021	32.128.187	74.861.546	135.639.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo IV Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais		
	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	17.928.927	27.559.111
(+) Depreciação e amortização	5.293.233	3.949.416
	23.222.160	31.508.527
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Cobrança	105.130	(318.907)
Anuidades a receber	(1.399.038)	(6.797.127)
Adiantamentos diversos	1.983.565	1.291.865
Outros ativos	433.046	(195.558)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Contas a pagar	787.601	(1.327.150)
Contribuição estatutária	272.952	3.396.339
Receita diferida	4.418.858	5.740.141
Provisão para contingências	(3.123.705)	(2.342.609)
Receitas Antecipadas	(7.733.116)	519.284
Provisão de folha	235.105	(2.413.316)
Obrigações fiscais	(1.317.667)	1.102.475
Outras obrigações	683.414	(92.392)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	18.568.306	30.071.571
Fluxo de caixa de investimentos		
Investimentos e Imobilizado	(15.990.372)	(18.216.001)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.990.372)	(18.216.001)
Fluxo de caixa de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(982.266)	(1.297.761)
Retenções contratuais - Mútuo CAASP	1.966.943	(524.818)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	984.677	(1.822.579)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.562.611	10.032.992
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	55.600.572	45.567.580
No fim do exercício	59.163.183	55.600.572
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.562.611	10.032.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da lei 6.404/76, alterada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros, e posteriores alterações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Para a entidade não há diferenças entre o superávit abrangente do exercício e o superávit do exercício. Dessa forma, a entidade apresenta apenas a demonstração do superávit.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações da entidade incluem, portanto, estimativas das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados:

a) Ativos circulantes

Os ativos circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço (imune da retenção do imposto de renda), ou valor da cota de fundo de investimento.

c) Provisão para perdas de curto e longo prazo

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber.

d) Não circulante

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais, que são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O ativo intangível é amortizado com base nas taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7.

e) Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos da entidade são revisados a cada balanço para determinar se há sinal de perda no valor de recuperação (impairment). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda.

f) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridos até a data do balanço.

As receitas antecipadas referem-se às anuidades relativas ao exercício de 2015, recebidas em 2014, as quais foram apropriadas ao resultado do exercício social subsequente.

g) Receitas diferidas

Correspondem aos valores recebidos por meio de assistência financeira do Conselho Federal para a aquisição da nova sede do Conselho Secional e novas sedes de Subseções, sendo assim reconhecida no resultado quando os critérios de exigência de reconhecimento da receita forem atendidos, no caso, concomitantemente a efetivação da depreciação dos imóveis.

h) Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- * 10% para ao Conselho Federal;
- * 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- * 3% para o Fundo Cultural; e
- * 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades lançadas e não recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

i) Provisão para férias e encargos sociais

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até o final do exercício (engloba as férias vencidas e proporcionais) e inclui os encargos sociais incidentes.

j) Apuração do superávit do exercício

As receitas e despesas são apropriadas segundo a sua natureza, com observância ao regime de competência.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude da OAB SP gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2015	2014
Caixa	1.810.927	649.882
Bancos	1.857.512	2.295.320
Fundos de investimentos	3.679.562	4.063.790
Certificados de depósitos bancários	51.151.165	47.660.501
Poupança	657.069	910.004
Outras aplicações	6.948	21.075
	59.163.183	55.600.572

As aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remunerados as taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

5. Valores em cobrança

Descrição	2015			2014		
	Valores em cobrança	Provisão para perdas	Saldo líquido	Valores em cobrança	Provisão para perdas	Saldo líquido
Multa disciplinar	5.179.819	(5.179.819)		4.324.051	(4.324.051)	
Anuidades						
2004	3.528.091	(3.528.091)		4.292.037	(4.292.037)	
2005	4.314.721	(4.314.721)		5.267.867	(5.267.867)	
2006	5.878.788	(5.878.788)		6.995.840	(6.995.840)	
2007	7.200.714	(7.200.714)		8.605.343	(8.605.343)	
2008	8.455.177	(8.455.177)		10.071.203	(10.071.203)	
2009	9.942.544	(9.942.544)		12.148.209	(11.929.700)	218.509
2010	13.705.474	(12.934.372)	771.102	16.166.937	(12.934.372)	3.232.565
2011	18.492.541	(14.994.289)	3.498.252	21.668.408	(14.994.289)	6.674.119
2012	21.247.742	(14.517.131)	6.730.611	25.491.833	(14.517.131)	10.974.702
2013	27.455.746	(15.553.370)	11.902.375	33.935.426	(15.553.370)	18.382.056
2014	34.982.624	(16.767.717)	18.214.907	55.892.389	(16.767.719)	39.124.670
2015	55.554.875	(16.666.462)	38.888.412			
Cartões de crédito	940.446		940.446	1.372.196		1.372.196
Jornal do advogado	86.966		86.966	84.064		84.064
Outros valores a receber	1.035.700	(710.852)	324.848	711.982	(710.852)	1.130
	218.001.968	(136.644.049)	81.357.919	207.027.785	(126.963.774)	80.064.011

Os esforços contínuos da administração na gestão de recuperação da inadimplência vêm se intensificando, ao passo que se observa o crescimento da expectativa quanto à importância esperada para arrecadação. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

6. Imobilizado

Descrição	Taxas (%) anuais de depreciação	2015			2014	
		Custo Corrigido	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos		23.947.073		23.947.073	23.947.073	
Edifícios	(i)	71.406.697	(8.631.282)	62.775.415	55.132.871	
Instalações	10	4.245.957	(3.229.408)	1.016.549	1.077.985	
Móveis e utensílios	10	22.241.989	(13.253.945)	8.988.044	8.176.044	
Veículos	20	997.101	(564.269)	432.832	632.252	
Equipamentos de computação	20	15.969.567	(13.080.114)	2.889.453	2.743.144	
Imobilizado em curso		14.455.347		14.455.347	12.238.445	
		153.263.731	(38.759.019)	114.504.712	103.947.814	

(i) os edifícios são depreciados de acordo com a vida útil econômica estimada, apontada em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas, que foram contabilizados até 2007.

No exercício de 2012 a OAB SP deu o imóvel, localizado na Rua Maria Paula nº 23, 29 e 35, esquina da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 258 e 264 – São Paulo – Capital, em garantia, por meio de hipoteca, pelo valor de R\$ 5.878.187 com vencimento em 15/07/2017. Essa garantia foi necessária para obtenção de financiamentos destinados às construções de 14 (quatorze) novos imóveis para abrigar sedes de subseções nas cidades de Barueri, Cerqueira César, Conchas, Cotia, Embú, Ilha Solteira, Itanhaém, Mogi Mirim, Paraguaçu Paulista, Praia Grande, Presidente Venceslau, Ribeirão Preto, São Roque e Serra Negra. Ainda no exercício de 2012, a OAB SP deu início a construção desses imóveis e a definitiva conclusão se deu em 2015.

A OAB-SP vem dando continuidade a expansão de suas instalações, sendo que durante os exercícios de 2014 e de 2015 promoveu diversas ampliações e construções em subseções do Estado, tais como as das cidades de Campinas, Bauru, Franco da Rocha, Santo André, Ribeirão Preto, Barueri, Barra Bonita e Socorro, subsidiadas por recursos da Subvenção junto ao Conselho Federal, conforme nota explicativa nº 10.

As movimentações do ativo imobilizado estão assim apresentadas:

5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

l) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída com base nos laudos de avaliações dos imóveis preparados por empresas especializadas, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

Descrição	2015				
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	23.947.073	-	-	-	23.947.073
Edifícios	61.439.365	-	(84.000)	10.051.331	71.406.697
Instalações	4.137.152	108.805	-	-	4.245.957
Móveis e utensílios	20.086.232	2.111.553	(636)	44.840	22.241.989
Veículos	997.101	-	-	-	997.101
Equipamentos de Computação	14.874.148	1.095.419	-	-	15.969.567
Imobilizado em curso	12.238.445	12.313.074	-	(10.096.171)	14.455.347
Custo	137.719.516	15.628.851	(84.636)	-	153.263.731
Edifícios	(6.306.494)	(2.338.005)	13.217	-	(8.631.282)
Instalações	(3.059.167)	(170.241)	-	-	(3.229.408)
Móveis e utensílios	(11.910.188)	(1.344.656)	899	-	(13.253.945)
Veículos	(364.849)	(199.420)	-	-	(564.269)
Equipamentos de Computação	(12.131.004)	(949.110)	-	-	(13.080.114)
Depreciação	(33.771.703)	(5.001.432)	14.116	-	(38.759.019)
Imobilizado líquido	103.947.814	10.627.419	(70.520)	-	114.504.712

Descrição	2014				
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	23.560.752	413.321	(27.000)	-	23.947.073
Edifícios	30.110.123	-	(42.000)	31.371.242	61.439.365
Instalações	5.069.240	4.473	(1.082.928)	146.366	4.137.152
Móveis e utensílios	15.847.910	1.460.214	(108.575)	2.886.683	20.086.232
Veículos	1.013.589	433.573	(450.061)	-	997.101
Equipamentos de Computação	13.877.920	1.092.349	(339.398)	243.277	14.874.148
Imobilizado em curso	31.856.512	15.029.502	-	(34.647.569)	12.238.445
Custo	121.336.046	18.433.432	(2.049.962)	-	137.719.516
Edifícios	(5.079.428)	(1.235.555)	8.489	-	(6.306.494)
Instalações	(3.922.996)	(219.099)	1.082.928	-	(3.059.167)
Móveis e utensílios	(10.895.681)	(1.094.319)	79.813	-	(11.910.188)
Veículos	(458.561)	(203.535)	297.247	-	(364.849)
Equipamentos	(11.527.190)	(933.217)	329.402	-	(12.131.004)
Depreciação	(31.883.856)	(3.685.724)	1.797.878	-	(33.771.702)
Imobilizado líquido	89.452.190	14.747.708	(252.084)	-	103.947.814

Com a inauguração da nova sede da OAB SP, localizada na Rua Maria Paula, 35, em agosto de 2014, foi transferido R\$ 32.917.865 da conta de Imobilizado em Curso para as contas de Edifícios, Instalações, Móveis e utensílios e Equipamentos de computação. Já em 2015, decorrente da definitiva conclusão das edificações nas Subseções, foi transferido R\$ 10.051.331.

7. Intangível

Descrição	Taxas (%) anuais de amortização	2015			2014	
		Custo corrigido	Amortização	Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de uso de software	20	3.981.716	(3.183.493)	798.223	657.981	
Marcas e patentes		695	-	695	695	
		3.982.411	(3.183.493)	798.918	658.676	

8. Contribuições estatutárias

8.1 Conselho Federal

Descrição	2015	2014
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2009		21.850
A receber com anuidades de 2010	77.110	323.257
A receber com anuidades de 2011	349.825	667.412
A receber com anuidades de 2012	673.061	1.097.470
A receber com anuidades de 2013	1.190.238	1.838.206
A receber com anuidades de 2014	1.821.491	3.912.467
A receber com anuidades de 2015	3.888.841	
Do exercício de 2014		206.231
Do exercício de 2015	183.726	
	8.184.292	8.066.893

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2015, no montante de R\$ 183.726, será quitado no início de 2016.

8.2 Caixa de assistência dos advogados de São Paulo – CAASP

Descrição	2015	2014
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2009		43.703
A receber com anuidades de 2010	154.221	646.513
A receber com anuidades de 2011	699.650	1.334.824
A receber com anuidades de 2012	1.346.122	2.194.940
A receber com anuidades de 2013	2.380.475	3.676.411
A receber com anuidades de 2014	3.642.982	7.824.934
A receber com anuidades de 2015	7.777.682	
Do exercício de 2014		918.808
Do exercício de 2015	756.460	
	16.757.592	16.640.133

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2015, no montante de R\$ 756.460, será quitado no início de 2016.

8.3 Fundo cultural

Descrição	2015	2014
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2009		6.555
A receber com anuidades de 2010	23.133	96.977
A receber com anuidades de 2011	104.948	200.224
A receber com anuidades de 2012	201.918	329.241
A receber com anuidades de 2013	357.071	551.462
A receber com anuidades de 2014	546.447	1.173.740
A receber com anuidades de 2015	1.166.653	
	2.400.170	2.358.199

8.4 Fundo de integração e desenvolvimento assistencial dos advogados - FIDA

Descrição	2015	2014
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2009		4.371
A receber com anuidades de 2010	15.422	64.651
A receber com anuidades de 2011	69.965	133.482
A receber com anuidades de 2012	134.612	219.494
A receber com anuidades de 2013	238.048	367.641
A receber com anuidades de 2014	364.298	782.493
A receber com anuidades de 2015	777.768	
Do exercício de 2014		65.382
Do exercício de 2015	33.523	
	1.633.636	1.637.514

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2015, no montante de R\$ 33.523, será quitado no início de 2016.

9. Retenções contratuais

Descrição	2015	2014
CAASP mútuo 2002 e 2003	15.437.515	16.902.999
Atualização monetária	18.231.989	14.799.561
	33.669.504	31.702.560
Circulante	1.560.000	1.560.000
Não Circulante	32.109.504	30.142.560

A operação refere-se ao saldo da dívida junto à Caixa de Assistência dos Advogados, negociada mediante o Instrumento Particular de Consolidação, Novação, Mútuo e Confissão de Dívida, de 23 de setembro de 2003, com primeiro aditamento em 3 de julho de 2008 e segundo aditivo em 25 de fevereiro de 2013, incorporando o saldo residual de 2003 e o montante de R\$ 1.683.058, oriundo de contribuições estatutárias não repassadas nos anos de 2002 e 2003, corrigidos monetariamente.

Não ocorreram pagamentos das parcelas vencidas em 2004 e 2005. No exercício de 2006 foram pagos R\$ 767.047, R\$ 1.690.057 em 2007, R\$ 1.569.369 em 2008, R\$ 1.564.871 em 2009, R\$ 1.567.487 em 2010, R\$ 2.073.761 em 2011, R\$ 1.560.000 em 2012 , R\$ 2.158.401 em 2013, R\$ 2.167.220 em 2014 e R\$ 1.465.484 em 2015.

Os saldos são atualizados com base no índice de variação do IPC-FIPE.

A atual Diretoria vem honrando com os repasses das contribuições devidas relativas aos exercícios de sua gestão.

10. Receitas diferidas – assistência financeira

Compreende a receita oriunda de subvenção para a aquisição de bens depreciáveis, relativas às retenções de 30% dos valores dos repasses estatutários devidos ao Conselho Federal, que objetivam a constituição de um fundo destinado à formação de reserva financeira para a aquisição de uma nova sede para o Conselho Secional. Essa retenção foi autorizada por meio do ofício nº 050/2008-GSG/GDT/CFOAB de 30 de abril de 2008 do Conselho Federal.

Nos termos do pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, esse valor somente será reconhecido no resultado quando os critérios de exigência para o reconhecimento da receita forem atendidos, no caso, concomitantemente da depreciação do imóvel.

Com a inauguração da nova sede da OAB SP, localizada na Rua Maria Paula, 35, em agosto de 2014, foi reconhecida no resultado de 2014, uma receita de R\$ 614.411 e em 2015 uma receita de R\$ 1.538.079, decorrente da depreciação dos bens adquiridos para essa unidade.

O valor está assim composto: R\$ 40.086.739 de valor acumulado da assistência financeira em 2015, gerando o líquido para apropriar em R\$ 37.934.249.

Descrição	2015	2014
Subvenção de 2008	3.605.264	3.605.264
Subvenção de 2009	3.588.688	3.588.688
Subvenção de 2010	4.686.296	4.686.296
Subvenção de 2011	4.845.091	4.845.091
Subvenção de 2012	5.249.714	5.249.714
Subvenção de 2013	5.800.198	5.800.198
Subvenção de 2014	6.354.551	6.354.551
Subvenção de 2015	5.956.937	
	40.086.739	34.129.802
Depreciação em 2014	(614.411)	(614.411)
Depreciação em 2015	(1.538.079)	
Saldo a apropriar	37.934.249	33.515.391

11. Provisão para passivos contingentes

Descrição	2015	2014
Processos cíveis	588.513	1.189.580
Processos trabalhistas	1.265.932	1.415.163
Processos previdenciários	3.047.550	5.420.956
	4.901.995	8.025.699

A provisão para passivos contingentes é decorrente de ações judiciais, cíveis, trabalhistas e tributários e foram constituídas com base na opinião dos assessores jurídicos da OAB SP (risco provável) em montante considerado suficiente para absorver perdas decorrentes do desfecho dessas ações.

A provisão para processos previdenciários refere-se principalmente ao diferencial de alíquota do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) aplicado a menor sobre a folha de pagamento para o período compreendido entre 2010 a 2013, não reconhecido contabilmente pela entidade.

Em 20 de agosto de 2014, a OAB SP protocolou na Secretaria da Receita Federal do Brasil, o pedido de parcelamento do débito referente ao diferencial de alíquota do RAT, na modalidade Parcelamento de Débitos Previdenciários – RFB de que trata a Lei nº 12.996/2014. Entretanto, o pedido deste débito ainda não foi homologado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2015, parte deste débito, cujo o pedido foi de 60 parcelas mensais, está provisionado no passivo circulante no montante de R\$ 1.021.994.

Existem outros processos avaliados pela administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 19.736.828, compreendidas em R\$ 17.725.605 em Processos cíveis e R\$ 2.011.223 em Processos trabalhistas, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

12. Patrimônio social

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2015 é composto pelo superávit acumulado, conforme demonstra do no quadro das Mutações do Patrimônio Social.

A adoção de vários esforços e ações de gestão, como a manutenção da cobrança de anuidades vencidas, constante ampliação de serviços, manutenção das intimações online somente disponível aos inscritos adimplentes, além da redução das cotas estatutárias junto ao Conselho Federal e a CAASP, tem contribuído significativamente para melhorar o desempenho da entidade. A diretoria irá ampliar esses esforços no próximo exercício.

13. Receitas ordinárias

Descrição	2015	2014
Anuidades pessoas físicas	228.787.766	234.418.145
Contribuições de pessoas jurídicas		
Contribuições de sociedades do exercício	11.302.852	10.974.689
Contribuições de soc. de exercícios anteriores	758.585	401.201
	12.061.437	11.375.890
Inscrições		
Inscrições de advogados	3.672.384	2.514.589
Inscrições de estagiários	573.645	583.668
Inscrições de sociedades	854.091	569.246
Inscrição suplementar de advogado	175.147	363.523
	5.275.267	4.031.026
Taxas e emolumentos		
Carteiras brochuras de advogados	3.745.892	2.592.971
Cédula de identidade de advogados	1.564.150	1.329.740
Alteração de contrato social	1.401.162	1.142.885
Carteiras brochuras de estagiários	591.632	572.949
Cédula de identidade de estagiários	314.453	332.857
Averbação de contrato de advogados	435.082	303.458
Outras receitas	1.002.750	906.552
	9.055.121	7.181.412
Multas e atualizações monetárias de anuidades		
Multas de anuidades de advogados	748.422	638.135
Multas disciplinares	66.515	93.704
Multas de contribuições de sociedades	3.487	73.924
Atualização monetária de anuidade/contribuições	16.390	9.231
	834.814	814.994
Descrição	2015	2014
	256.014.405	257.821.467

14. Custo das receitas ordinárias

Descrição	2015	2014
Custo cobrança anuidades PF	(4.108.199)	(4.752.978)
Custo cobrança contribuições PJ	(1.676.946)	(1.422.129)
Custo cobrança taxas e emolumentos	(995.002)	(974.884)
	(6.780.147)	(7.149.991)

15. Receitas extraordinárias

Descrição	2015	2014
Concursos		
Inscrições de exame de ordem	5.924.620	5.629.399
	5.924.620	5.629.399
Serviços		
Copiadoras	8.188.726	9.362.514
Recetimento assistência médica – subseções ⁽¹⁾	15.488.312	6.003.912
Cursos de curta duração	4.513.038	4.103.799
Cursos longa duração	2.394.190	1.518.418
Outras receitas	892.777	828.932
	31.477.043	21.817.575
Diversas		
Patrocínios diversos	291.722	1.192.524
Anúncio no jornal do advogado	518.996	797.546
Baile dos advogados	400.952	310.384
Aluguéis para eventos	149.821	267.359
Arrendamento	119.735	192.831
Receitas com impressões	558.440	461.169
Doações	59.495	273.093
Outras receitas	4.440.522	2.623.485
	6.539.683	6.118.391
Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras - CDB	8.925.194	6.561.823
Juros sobre anuidades do exercício	694.770	731.426
Juros sobre anuidades de exercícios anteriores	261.016	234.558
Rendimentos aplicações financeiras	449.865	279.889
Rendimentos fundos de investimentos	688.808	60.970
Outros	69.563	176.195
	11.089.216	8.044.861
	55.030.562	41.610.226

⁽¹⁾ A partir do exercício de 2015 a subseção de Campinas passou a reportar as movimentações com operação do plano de saúde.

16. Custo das receitas extraordinárias

Descrição	2015	2014
Custo copiadoras	(4.028.998)	(4.602.631)
Custo assistência médica – subseções ⁽²⁾	(14.332.989)	(5.405.580)
Custo jornal do advogado	(3.289.127)	(4.008.768)
Custo Exame de Ordem	(733.626)	(760.473)
Custo baile dos advogados	(590.141)	(446.502)
Outros	(1.273)	(8.788)
	(22.976.154)	(15.232.742)

⁽²⁾ A partir do exercício de 2015 a subseção de Campinas passou a reportar as movimentações com operação do plano de saúde.

17. Despesas com pessoal

Descrição	2015	2014
Despesas com pessoal		
Ordenados	42.262.174	40.501.215
Vale refeição	22.605.809	20.594.023
Assistência médica	8.026.812	6.744.467
Prêmios e gratificações	2.917.882	2.980.464
Vale transporte	2.511.316	2.369.613
Serviços temporários	290.835	770.833
Horas extras	1.468.984	1.303.043
Remuneração de estagiários	976.538	986.139
Aprendizes	378.074	516.315
Auxílio creche	428.209	449.911
Outras despesas	891.473	1.078.252
	82.758.106	78.294.275

Encargos sociais

INSS funcionários	12.983.301	11.777.980
Férias	6.042.732	5.828.435
FGTS	6.401.270	5.815.018
13º salário	4.104.003	3.875.904
Outras despesas	1.442.408	1.047.541
	30.973.714	28.344.878
	113.731.820	106.639.153

18. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2015	2014
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	22.534.017	21.034.229
Comunicação	9.368.781	8.540.757
Utilidades	7.105.102	6.300.427
Ocupações	11.535.477	10.543.447
Despesas com materiais	6.384.941	5.970.774
Serviços de terceiros - pessoa física	5.115.606	4.964.850
Depreciação	5.293.233	3.949.416
Despesas com viagens e locomoções	2.887.107	4.111.797
Despesas com alimentação	2.663.777	2.082.656
Outras despesas	392.778	333.552
	73.280.819	67.831.905

19. Superávit

As despesas ordinárias do exercício de 2015 tiveram um acréscimo de R\$12.548.131 (7,12%) superior ao exercício de 2014. Entretanto, este acréscimo, quando comparado aos índices de mercado, apresenta equalização das contas, ao passo que as receitas líquidas do exercício de 2015, mesmo com aplicação de uma redução do valor da anuidade (5%) aprovada pelo Conselho Secional, tiveram um acréscimo de R\$6.279.724 (3,42%) superior ao exercício de 2014.

20. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 por valores que se aproximam aos de mercado nessa data. A política de controle consiste na vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

21. Cobertura de seguros
É política da administração manter cobertura de seguro para os bens do ativo imobilizado, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com base em informações de consultores especializados.

Marcos da Costa
Presidente
Ivette Senisse Ferreira
Vice-Presidente
Caio Augusto Silva dos Santos
Secretário – Geral
Antônio Fernandes Ruiz Filho
Secretário – Geral Adjunto
Carlos Roberto Fornes Mateucci
Tesoureiro
(In Memoriam)
José Maria Dias Neto
Tesoureiro
Luiz Carlos Camargo Duarte
Contador CRC 01SP 127974 0-9
PARECER

A Comissão de Orçamento e Contas reuniu-se em 15 de junho de 2016, com a presença do Presidente Leandro Sarcedo e dos membros Fernando Calza de Salles Freire, Luiz Sílvio Moreira Salata e os convidados para esclarecimentos pela Controladoria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, e os representantes da Empresa “Assessor Bordin”.

Após a leitura do relatório elaborado pelo Conselheiro Diretor Tesoureiro, Dr. Ricardo Luiz de Toledo Santos Filho, bem como da opinião dos Auditores da “Assessor Bordin” foi o relatório discutido conjuntamente entre os membros da Comissão.

A Comissão deliberou por solicitar esclarecimentos aos Auditores da Empresa “Assessor Bordin”, Sr. Marcus Sperandio e Sr Humberto Tanaka.

Após os esclarecimentos os Representantes da Comissão Permanente de Orçamento e Contas deliberaram PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS.

Destaca-se que encerramos o exercício de 2015 com superávit de R\$17.928.927.

O resultado superavitário do exercício de 2015 reflete os esforços desde 2004, com destaques para a gestão de copiadoras que ficou reduzida e campanha para recuperação de crédito de inadimplentes.

Do balanço referente ao exercício de 2015, nota-se que as despesas ordinárias em 2015 foram de R\$ 188.665.042 sendo que em 2014 R\$ 176.116.911, ou seja, aumento de 7,12%, portanto, abaixo dos índices de inflação para o período.

E tendo em vista que, a auditoria não apontou qualquer irregularidade no balanço em exame, esta Comissão por unanimidade dos presentes opina pela aprovação do balanço encerrado em 31/12/2015, com as recomendações mencionadas alhures.

São Paulo, 15 de junho de 2016.

Comissão Permanente de Orçamento e Contas da OAB SP

Leandro Sarcedo
Presidente
Fernando Calza de Salles Freire
Membro
Luiz Sílvio Moreira Salata
Membro
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES: PRESIDENTE, DIRETORES, MEMBROS DA COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E CONTAS E MEMBROS DO EGRÉGIO CONSELHO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE SÃO PAULO.

Para os devidos fins, apresento as Demonstrações Contábeis referentes ao Exercício de 2015, desta Seccional, de acordo com as resoluções e provimentos do Conselho Federal.

A seguir, em destaque, os assuntos mais relevantes.

RECEITAS E DESPESAS – DESTINAÇÕES (Em reais)
O total das receitas assim se compõe:

Receita Ordinária Líquida	R\$ 249.234.258
Receita Extraordinária Líquida	R\$ 32.054.408
Deduções das Receitas	(R\$ 91.243.443)
Total das Receitas Líquidas	R\$ 190.045.223
Essas rubricas são desdobradas em:	
Receitas Ordinárias	
Pessoas Físicas	R\$ 228.787.766
Pessoas Jurídicas	R\$ 12.061.437
Inscrições	R\$ 5.275.267
Taxas e Emolumentos	R\$ 9.055.121
Multas e Atualizações Monetárias de Anuidades	R\$ 834.814
(-) Custos das Receitas Ordinárias	(R\$ 6.780.147)
Total Receitas Ordinárias:	R\$ 249.234.258
Receitas Extraordinárias	
Concursos	R\$ 5.924.620
Serviços	R\$ 31.477.043

Diversas	R\$ 6.539.683
Financeiras	R\$ 11.089.216
(-) Custos das Receitas Extraordinárias	(R\$ 22.976.154)
Total Receitas Extraordinárias:	R\$ 32.054.408
Deduções das Receitas	
Provisão para Perdas (Anuidades)	R\$ 16.666.462
Conselho Federal	R\$ 21.307.709
CAASP	R\$ 42.615.418
Fundo Cultural	R\$ 6.392.312
FIDA	R\$ 4.261.542
Total Deduções das Receitas	R\$ 91.243.443

As despesas líquidas do período que totalizaram R\$172.116.296, são assim analisadas:

Despesas Ordinárias	
Pessoal e Encargos	R\$ 113.731.820
Ocupação (alugueres, condomínios, conservação)	R\$ 11.535.477
Utilidades e Serviços (locação copiadoras, energia)	R\$ 7.105.102
Materiais	R\$ 6.384.941
Serviços de Terceiros	R\$ 27.649.623

Sendo as principais:

- Jornal do Advogado	R\$4.056.597
- Professores e Palestrantes	R\$3.077.212
- Limpeza	R\$2.567.668
- Segurança	R\$1.476.493
- Reformas Casas e Fóruns	R\$2.253.696
Alimentação	R\$ 2.663.777
Viagens e Locomoções	R\$ 2.887.107
Comunicações (correio, telefone, internet, etc.)	R\$ 9.368.781
Despesas Diversas	R\$ 2.045.181
Depreciação	R\$ 5.293.233
Total de Despesas Ordinárias	R\$ 188.665.042
(-) Apropriações de Despesas e Fundo Cultural	(R\$ 22.275.998)
Total de Despesas Ordinárias Líquidas:	R\$ 166.389.044

Despesas Extraordinárias	
Outras Despesas (contingências passivas)	R\$ 919.798
Financeiras	R\$ 4.807.454
Total de Despesas Extraordinárias:	R\$ 5.727.252
Total das Despesas Líquidas:	R\$ 172.116.296

Conforme se verifica, encerramos o exercício de 2015 com um superávit de R\$17.928.927.

É importante salientar que as Demonstrações Contábeis, ora apresentadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estão adequadas às novas práticas contábeis adotadas pelo Brasil que estão comentadas na Nota 2 do Relatório das Demonstrações Contábeis.

O resultado superavitário do exercício de 2015 reflete os esforços contínuos desde 2004, com adoção de diversas medidas para aprimorar a administração das receitas e controlar os níveis de despesas e investimentos, sempre com a preocupação de aperfeiçoar os serviços oferecidos à classe. Uma medida do sucesso desta gestão, evidente nos relatórios contábeis, é a evolução do Patrimônio Social que no final deste exercício atingiu R\$ 136 milhões, tendo partido de saldo negativo de R\$ 2,3 milhões em 31/12/2003.

Destaque desse desempenho é a gestão dos equipamentos multifuncionais, cujo dispêndio anual foi reduzido de R\$11,6 milhões em 2004 para R\$2,9 milhões em 2015, possibilitando a manutenção dos preços mínimos de cópias e digitalizações em R\$ 0,15 ao longo desses anos, trazendo grande benefício aos inscritos usuários desses serviços.

Neste exercício foram mantidas medidas que, já haviam apresentado resultados positivos nos anos anteriores, tais como os programas de parcelamentos de anuidades, ação conjunta com as Subseções, e a atuação do Tribunal de Ética e Disciplina na recuperação de créditos. A partir de 2014, também com a participação das Subseções, foi agregado a esse conjunto de ações, medidas de cobranças judiciais. Essa atuação conjunta sobre as anuidades a receber resultou em baixa no nível de inadimplência para 12,00% em 2015, se tomados os valores recebíveis dos últimos 10 anos. Para o Período anterior, esse percentual foi de 12,44%.

Em outra frente, a consolidação do orçamento participativo e controle orçamentário como ferramenta de gestão, valorizado, principalmente, pela efetiva participação e contribuição das Subseções, otimizou de forma bastante significativa a gestão de recursos.

As receitas líquidas de 2015 cresceram 3,4% em relação ao exercício de 2014. Esse acréscimo ocorreu apesar da redução nominal de 5% nas anuidades deste exercício. Contribuíram efetivamente para esse crescimento, a recuperação de créditos e gestão dos recursos financeiros da Seccional.

Foram realizados no exercício investimentos na infraestrutura da Entidade que totalizaram R\$6.222.677, atendendo em especial as necessidades de abertura de oito novos pontos de atendimento. Nessa rubrica foram também incluídas a atualização do parque de informática, upgrade das ferramentas de gestão integradas e recuperações patrimoniais diversas, através de reformas e ampliações em casas da advocacia em todo o Estado de São Paulo, visando à melhoria de atendimento aos inscritos e às comunidades.

Em continuidade à gestão de controle de gastos, objetivando a manutenção da prestação de serviços à classe com ampliações pontuais, as despesas ordinárias cresceram 7,1% com relação a 2014, totalizando R\$188.665.042. Essa evolução foi inferior à inflação de 2015 que contabilizou 11,4% pelo IGV/DIEESE, 10,7% pelo IPCA/IBGE e 10,7% pelo IGP-DI/FGV.

Esse desempenho é reflexo dos esforços empregados pela gestão, possibilitando o saneamento dos gastos sem deixar de observar a tão e necessária expansão de nossos postos de atendimento aos nobres advogados em todo o Estado de São Paulo, alcance esse permitido com a incessante busca de melhorias das praticas de administração. Nesse sentido, houve a implantação neste ano de sistema integrado de gestão que, em sua primeira fase envolveu a área de Suprimentos e Contas a Pagar. Essa implantação já produz resultados positivos nos processos de compras, procedimentos de solicitações, análises e aprovações de compras, bem como os respectivos pagamentos e contabilizações desses fornecimentos, com ganhos de produtividade da ordem de 50%.

Sob outro enfoque, buscamos o aprimoramento contínuo das Demonstrações Contábeis da OAB-SP de forma a assegurar que espelhem, com maior segurança e transparência, a situação financeira e patrimonial da Entidade no ano de 2015.

Ainda, foram constituídas Provisões integrais para Perdas dos valores a receber referentes às Multas Disciplinares e, mantidas as provisões para perdas dos saldos em cobrança referente aos exercícios de 2004 a 2014. Foram adequados, em razão de informações dos Advogados que patrocinam causas para a OAB-SP, os valores das Provisões para Contingências Judiciais para o montante de R\$4.901.995 ante aos R\$8.025.699 em 2014.

Por outro lado, a exemplo dos exercícios anteriores, foi registrado o saldo a receber das anuidades de 2015, obedecendo ao regime de competência e adequando as Demonstrações Contábeis à legislação pertinente. Na rubrica Anuidade Pessoa Física que encerrou o exercício com R\$55.554.875 foram deduzidas Provisão para Perdas em (R\$16.666.642), restando o valor líquido de R\$38.888.412 (valor a receber deduzido da provisão para perda de 30%). Esse montante, depois de descontadas as respectivas Contribuições Estatutárias no total de R\$13.610.944, restaram a Receita Líquida a Receber de R\$25.277.468 no final deste exercício.

Por sua importância institucional, e dimensão financeira, é preciso esclarecer a situação da OAB-SP em relação aos repasses ao Conselho Federal e CAASP.

A Seccional Paulista vem honrando rigorosamente com o seu compromisso repassando, mês a mês, as contribuições estatutárias devidas por sistema de cobrança compartilhada com distribuição automática das contribuições ao Conselho Federal, FIDA e CAASP pela instituição financeira, programação essa mantida para as anuidades de 2015. Ainda, como resultado da pontualidade apontada, o E. Conselho Federal permitiu a manutenção da retenção de 30% do valor a repassar no exercício de 2015 a título de Subvenção para a construção/aquisição de uma nova sede e benfeitorias nas Subseções.

Cabe assinalar ainda que, com grande empenho, sem medir esforços, esta Seccional manteve e ampliou a certificação da OAB-SP no ISO 9001 obtida em 2005 que, além de focar a atenção da Organização na busca da excelência dos serviços prestados à classe, permite melhor gestão financeira da entidade.

Por fim, informo que as Demonstrações Contábeis foram examinadas por Assessor-Bordin Consultores Empresariais Ltda. com emissão de Parecer competente.

Os comprovantes das contas ora apresentadas estão arquivadas no Departamento de Controladoria para consultas e verificações que julgarem necessárias.

Resumidamente, era o que tinha a comentar sobre as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 desta Entidade, submetendo-se à análise e aprovação do Egrégio Conselho Seccional.

São Paulo, 08 de junho de 2016.

Ricardo Luiz de Toledo Santos Filho
Diretor Tesoureiro

O Diretor Secretário-Geral e Conselheiro Caio Augusto Silva dos Santos passou a palavra aos interessados para esclarecimentos. O Conselheiro Leandro Sarcedo agradeceu os Conselheiros Fernando Calza de Salles Freire, Luiz Sílvio Moreira Salata, José Roberto Manesco, Ailton José Gimenez, Sidnei Alzidio Pinto, entre outros, que auxiliaram na elaboração dos levantamentos necessários para embasar tais demonstrativos. Recomendou a todos, a aprovação das contas da gestão anterior. O Conselheiro José Roberto Manesco indagou se as anuidades em atraso podem gerar restrições creditícias para acelerar o adimplemento. O Diretor Tesoureiro e Conselheiro Ricardo Toledo Santos Filho, no tocante à negatização dos inadimplentes, comunicou consulta prévia já realizada perante o CFOAB, informando que as Seccionais que adotaram tal procedimento tiveram problemas. Assim, caso autorizado o procedimento, pelo CFOAB, a futura adoção poderá ser analisada. A Conselheira Sonia Maria Pinto Catarino indagou se ao aprovar as contas da Seccional há a aprovação automática das contas das Subseções, eis que ela é contrária à aprovação das contas da gestão passada da Subseção de Santos, citando como exemplo o dispêndio com Plano de Saúde, OAB a Bordo etc. O Conselheiro Antonio Carlos Delgado Lopes indagou se há equilíbrio nas despesas da Entidade deste ano. O Diretor Tesoureiro e Conselheiro Ricardo Toledo Santos Filho aduziu haver um equilíbrio nas contas, mas vem

adotando uma constante atenção com relação à situação do País. Destacou, com relação à Subseção de Santos que há auditoria. O Conselheiro Fabio Guedes Garcia da Silveira salientou que em 2013, quando assumiu a Comissão Permanente de Orçamento e Contas, pensou-se na negatização dos advogados para sanar o problema do inadimplemento, sendo o intento obstado pelo STF que exigiu a propositura prévia de cobrança, eis que a anuidade não é auto executável (não tem natureza tributária). Que o TED V foi criado justamente para cobrar os inadimplentes. Lembrou que os valores mantidos em caixa são irrisórios frente aos custos da Entidade, carecendo-se manter medidas de resguardo. O Conselheiro Dijalma Lacerda pediu esclarecimentos sobre dois itens constantes nos balanços apresentados e se a verba destinada à CAASP corresponde a 50% da renda líquida da OAB SP. O Diretor Tesoureiro e Conselheiro Ricardo Toledo Santos Filho esmiuçou a questão das contas apresentadas, no tocante aos gastos com salas de advogados, depreciação de imóveis, eventos, palestras e afins. O Vice-Presidente e Conselheiro Fábio Romeu Canton Filho esclareceu sobre a ceulema da CAASP ter direito a metade do orçamento, dizendo que o artigo 62, §5º do Estatuto é complementado pelo 56 do Regulamento Geral, logo se por um lado há previsão de retenção de metade do orçamento, por outro há uma redução de 60% deste, resultando apenas 40% dos quais metade, 20%, são repassados. Frisou que a leitura destes artigos (62 do Estatuto e 56 do Regimento Geral) há que ser efetuada de forma conjunta para se auferir o total entendimento. O Conselheiro Carlos Alberto Maluf Sanseverino cumprimenta o Diretor Tesoureiro e a Comissão de Orçamento. O Conselheiro Denis Domingues Hermida, abordando a questão da Subseção de Santos, alertou que do Plano de Saúde restou apenas R\$ 80 mil em caixa, de um plano que consome mais de R\$ 1 milhão ao mês, discorrendo sobre os elevados e desproporcionais valores despendidos pela gestão passada, em operações irregulares, pleiteando a exclusão da Subseção de Santos do Demonstrativo Contábil da Seccional, que estava em votação. O Diretor Tesoureiro e Conselheiro Ricardo Toledo Santos Filho informou que o CNPI da OAB SP é um só, logo, a prestação de contas é única, e relatou que há muito vem se analisando a questão da Subseção de Santos. Que há um prazo determinado para deliberar sobre a aprovação dessas contas. O Conselheiro Denis Domingues Hermida salientou que não se opõe à aprovação das contas da Seccional, requerendo que haja a restrição apenas no tocante à Subseção de Santos. O Conselheiro Dave Lima Prada propôs a apreciação posterior das contas de Santos, no 2º semestre. O Conselheiro Ricardo Toledo Santos Filho disse que já houve uma prorrogação de prazo para aprovação destes demonstrativos, concedida pelo CFOAB, devido ao tamanho desta Seccional. O Diretor da CAASP, Adib Kassouf Saad, defendeu o relatório apresentado, dizendo-o completo, com mais de 17 milhões em caixa, salientando que em 2014 houve uma despesa total de pessoal de 113,7 milhões, sem apontar crescimento de 10% em folha de pagamento, o que deve ser parabenizado, pois houve ampliação dos serviços prestados, sem elevação dos custos. Pontificou que, anteriormente, o patrimônio líquido social era negativo, ou seja, a OAB SP era insolvente, e, que apesar do superávit de 2015, o valor que ele representa não é motivo de comemoração, ainda mais frente à crise. Sobre a crise, aduziu sobre o elevado aumento dos auxílios aos advogados carentes na CAASP, concluindo que haverá mais inadimplentes este ano, acrescendo os 218 milhões de anuidade em atraso. Concluiu que o numerário dado como superávit deve ser tido como resguardo financeiro, que será necessário para ultrapassar estes tempos obtusos. Sobre a Subseção de Santos disse que não há possibilidade de aprovação parcial de contas, motivo pelo qual sugeriu a aprovação dos demonstrativos financeiros apresentados, constando o apontamento do processo já em curso relativamente à Subseção de Santos. O Diretor Tesoureiro e Conselheiro Ricardo Toledo Santos Filho concordou com a sugestão apresentada pelo Diretor da CAASP, Adib Kassouf Saad, sugerindo a aprovação de contas com o apontamento da ressalva com relação à Subseção de Santos, anunciando o processo já em andamento. O Vice-Presidente e Conselheiro, Fábio Romeu Canton Filho frisou que não há como se aprovar com ressalva, dizendo que neste caso seguirá apenas uma informação quanto ao processo em andamento na Subseção de Santos, o que foi prontamente acatado pelo Diretor Tesoureiro Ricardo Toledo Santos Filho. Logo, não haverá ressalva técnica, mas sim aprovação das contas com informação da existência do processo relativo à Subseção de Santos. O Conselheiro João Carlos Rizolli cumpriu o trabalho desenvolvido pelo Diretor Tesoureiro e toda a equipe responsável pelos demonstrativos contábeis e, com relação ao apontamento restritivo dos inadimplentes, sugeriu uma campanha de recuperação creditícia, com retenção de 20% do total recuperado para as subseções. Indagou, ainda, sobre a ação relativa ao indébito de alimentação, proposta em meados de 2008, de aproximadamente R\$ 730 mil, afeta a pagamentos de vale alimentação, se houve ou não a recuperação deste numerário e qual o posicionamento atual. O Diretor Tesoureiro e Conselheiro Ricardo Toledo Santos Filho disse que a

demanda continua em curso, mas até o momento nada foi recuperado, e que as anuidades estão sendo negociadas, inclusive com previsão de campanha da Comissão OAB Concilia. Reiterou o aguardo do posicionamento do CFOAB para providenciar negação dos inadimplentes. O Conselheiro Edmilson Wagner Gallinari disse que há advogados que passam anos sem quitar a anuidade, simplesmente por falta de uma cobrança mais eficaz, que há que se ter uma coação para pagarem; e, que o parcelamento é bem acessível, enquanto o inadimplemento é muito injusto para com os demais inscritos pagantes. Aprovadas as contas por unanimidade, com o registro da existência de procedimento em curso sobre as contas da Subseção de Santos. SECRETARIA DO CONSELHO - 1. Pedido de licença formulada pelo Conselheiro Alceu Batista de Almeida Junior, no período de 02 de junho a 10 de outubro de 2016. Aprovado, por votação unânime. 2. Pedido de licença formulado pela Conselheira Rosemary Aparecida Dias Oggiano, a partir do dia 02 de junho de 2016. Aprovado, por votação unânime. 3. Pedido de licença formulado pela Conselheira Sandra Valéria Vadalá Muller, no período de 01 de junho a 03 de outubro de 2016. Aprovado, por votação unânime. Extrapauta: 4. Pedido de renúncia da Dra. Eliana Malinosk Casarini, ao cargo de Conselheira Suplente da gestão 2016/2018. Aprovado, por votação unânime. SECRETARIA DAS COMISSÕES - 1. A Comissão de Estudos sobre Acidente do Trabalho, solicita apoio da OAB SP contra a PEC 127/15, que sugere a mudança da competência para julgamento das ações acidentárias, que hoje é da Justiça Estadual para a Justiça Federal. Conselheiro Relator: Dr. Otávio Pinto e Silva - Aprovado, por votação unânime (votou-se pela continuidade da competência na Justiça Estadual, que há muito possui varas especializadas no assunto, enviando-se tal posição ao CFOAB). COMISSÃO DE DIREITOS E PRERROGATIVAS - 1. Indicação do advogado Carlos Eduardo da Fonseca Rodrigues para o cargo de Coordenador da Regional de Prerrogativas da 8ª Região, para o triênio 2016/2018. Retirado de pauta a pedido dos Conselheiros Carlos Simão Nimer e José Eduardo de Mello Filho. 2. Indicação do advogado Cesar Piagentini Cruz para o cargo de Coordenador Regional de Prerrogativas da 7ª Região, para o triênio 2016/2018. Aprovado, por votação unânime. Extrapauta: 3. Indicação dos advogados Ademar Pereira, Adriana de Almeida Nobre, Clodoaldo Alves de Amorim, Diego Euflauzino Goularte, Fábio Celeria Poltronieri, Jose Antonio Malagueta Merenda, Jose Eduardo de Souza, Jurandir José Damer, Levi Nunes Martins, Luciano Pereira de Souza, Marcelo Luiz Borrasca Felisberto, Mari Angela Andrade, Mauricio Jose Mantelli Marangoni, Melford Vaughn Neto, Ozeias Paulo de Queiroz, Paulo de Souza Alves Filho, Renato César Pereira Vicente, Ricardo Luis Presta, Silmara Sabadin e Willey Lopes Sucasas para comporem o cargo de Conselheiros da Regional de Prerrogativas da 4ª Região, no triênio 2016/2018. Aprovado, por votação unânime. 4. Indicação dos advogados Adriane Bramante de Castro Landethin, Claudia Cristiano Nasario, Cristiano de Jesus da Silva, Dairson Luiz de Lira, Danilo Azevedo Sanjorato, Dennis Francisco Nunes Fernandes, Edalto Matias Caballero, Fabio João Brassoli, Flavia di Favari Grotti, Flavio Cardoso de Oliveira, João Felipe Oliveira Brito, João Verissimo Fernandes, Jose Cezar de Carvalho, Jose Fontes Sobrinho, Juventino Francisco Alves Borges, Luiz Fernando Munhos, Marie Claire Libron Fidomanz, Mauricio de Cecco Porfírio, Nilton Massih e Winifred Kulesis Allegretti para comporem o cargo de Conselheiros da Regional de Prerrogativas da 13ª Região, no triênio 2016/2018. Aprovado, por votação unânime. 5. Indicação dos advogados Acir de Matos Gomes, Aginaldo Alves Biffi, Amaury José Freiria da Matta, André Baldochi Teixeira da Rocha, Andrea Valdevite, Caio Henrique Vernaschi, Carlos Humberto de Oliveira, Cecilio Moyses Neto, Dailson Soares de Rezende, Daniel Radi Gomes, Diego Modolo Leitão, Edson Zuccolotto Melis Toloi, Elisângela Aparecida dos Santos, Flávio Augusto Mascietto, Luiz Henrique Alexandre Trebesquim, Lucas Zuccolotto Elias Assis, Marcelo de Rezende Moreira, Marcelo Stocco, Rodolfo Chiquini da Silva, Rogério Lemos Valverde e Sérgio Aparecido Bagiani para comporem o cargo de Conselheiros da Regional de Prerrogativas da 6ª Região, no triênio 2016/2018. Aprovado, por votação unânime. DEPARTAMENTO DE SUBSEÇÕES: 1. Pedido de licença formulado pelo advogado Sidney Luiz da Cruz, Secretário-Geral Adjunto da 102ª Subseção de Santo Amaro, pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 25 de maio de 2016. Aprovado, por votação unânime. 2. Pedido de licença formulado pelo advogado Roberto Vagner Barbatto, Secretário-Geral Adjunto da 40ª Subseção de São Caetano do Sul, no período de 31 de maio a 03 de outubro de 2016. Aprovado, por votação unânime. 3. Pedido de licença formulado pelo advogado Rodrigo Barbosa de Moraes Leite, Secretário-Geral Adjunto da 144ª Subseção de Ibiúna, no período de 31 de maio a 03 de outubro de 2016. Aprovado, por votação unânime. 4. Pedido de licença formulado pela advogada Jaqueline Mendes Ferreira Bená Tamura, Vice-Presidente da 55ª Subseção de Suzano, no período de 30 de maio a 03 de outubro de 2016. Aprovado, por votação unânime. 5. Pedido de licença formulado pelo advogado Claudio Moreira do Nascimento, Presidente da 125ª Subseção de Santana,

no período de 30 de maio a 18 de junho de 2016. Aprovado, por votação unânime. 6. Pedido de licença formulado pelo advogado Luiz Carlos Moreira Costa, Secretário-Geral da 84ª Subseção de Campos do Jordão, no período de 1º de junho a 11 de outubro de 2016. Aprovado, por votação unânime. Extrapauta: 7. Renúncia do advogado Bruno Ferrini Manhães Bacellar, Diretor Tesoureiro da 31ª Subseção – Marília, assumindo o cargo o Vice-Presidente Dr. Tércio Spigolon Giella Palmieri Spigolon. Aprovado, por votação unânime. 8. Pedido de licença formulado pelo advogado Waldinei Dubowski, Vice-Presidente da 240ª Subseção de Jandira, a partir de 31 de março de 2016. Aprovado, por votação unânime. TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA - 1. Indicação dos advogados Andre Kiyoshi Habe e Marcos Novakoski Fernandes Vellozo para integrarem, como Relatores, a Sexta Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, com sede na Capital, no triênio 2016/2018. Aprovado, por votação unânime. 2. Indicação dos advogados Alessandra Monteiro Sita, Ana Lúcia Haddad Paulo, Andrea Izilda Martos Valdevite, Andrei Mininel de Souza, Antônio Carlos Venturini, Caio Girardi Caldeazzo, Carlos Alberto Marini, Cássio de Mattos Dziabas Júnior, Constantino Perez Queirza Filho, Domingos Benedito Monteiro, Eduardo Henrique Moutinho, Felício Vanderlei Deriggi, Fernando Jesus Garcia, Francisco Antônio de Conti, Jesuino Orlandini Júnior, José Ailton Ferreira da Silva Junior, José Occlair Massola, Luiz Marcelo Hyppolito, Marcelo José Galhardo, Marcos Antônio Mazo, Marcos Aparecido Cimardi, Maria Angelina Donini Veiga, Paulo Dims Cezar, Paulo Sérgio Sartí, Ricardo Gonçalves Colletes, Rodnei Rodrigues, Roquelaine Batista dos Santos, Sara Correa Fattori, Theodósio Moreira Pugliesi, para integrarem, como Relatores, a Oitava Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, com sede em Araraquara, no triênio 2016/2018. Aprovado, por votação unânime. 3. Indicação do advogado Oreltio Vieira Márrero para presidir a Segunda Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, com sede na Capital, no triênio 2016/2018, em substituição à Conselheira Maria Sílvia Leite Silva de Lima. Aprovado, por votação unânime. 4. Indicação dos advogados Carlos Alberto Kastein Barcelos, Glaucio Novas Luengo e Rogério Dantas Mattos, para integrarem, como Relatores, a Décima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, com sede em Ribeirão Preto, no triênio 2016/2018. Aprovado, por votação unânime. 5. Indicação da advogada Núbia dos Anjos para integrar, como Relatora, a Décima Sexta Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, com sede em São José dos Campos, no triênio 2016/2018, em substituição ao advogado Luiz Arnaldo Guedes Benedito. Aprovado, por votação unânime. 6. Indicação do advogado José Mauricio Porfírio Fraga para integrar, como Relator, a Décima Sétima Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, com sede em Campinas, no triênio 2016/2018, em substituição ao advogado William Antonio Pedrotti. Aprovado, por votação unânime. 7. Indicação dos advogados Ana Maria Casteluci, Gilson Eduardo Delgado, Luís Américo Ceron, Manoel Tobal Garcia Júnior, Marcos Almir Gambera e Ricardo Silveira Ferreira, para integrarem, como Relatores, a Décima Primeira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, com sede em São José do Rio Preto, no triênio 2016/2018. Retirado de pauta a pedido dos Conselheiros Carlos Simão Nimer e José Eduardo de Mello Filho. 8. Indicação dos advogados Geraldo José Borges, Jorge Luiz Manfrim, José Antônio de Oliveira, José Antônio Escher, José Mauro Faber e Laerte Aparecido Mendes Martins, para integrarem, como Relatores, a Décima Quinta Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina, com sede em Piracicaba, no triênio 2016/2018. Aprovado, por votação unânime. 9. Inclusão da 248ª Subseção de ARTUR NOGUEIRA na jurisdição da Décima Sétima Turma Disciplinar do TED, com sede em Campinas. Aprovado, por votação unânime. PALAVRA ABERTA – O Diretor Secretário-Geral e Conselheiro Caio Augusto Silva dos Santos esclareceu que as negociações afetas ao dissídio coletivo estão em andamento, com inúmeros Conselheiros e advogados especializados envolvidos; e, apesar do superávit apurado, a preocupação atual é manter a garantia de emprego a todos, jamais suprimir direitos de funcionários. Que há a concessão de ganhos meritórios no importe de 2% àqueles que corresponderam às expectativas empregatícias, motivo pelo qual estão ofertando apenas 7% de reajuste, o que já se aproxima do índice de inflação apurado no período. Que colocaram em discussão os seguintes itens: a) a coparticipação no plano de saúde, tentada desde 2013; b) a criação do banco de horas, eis que o acordo coletivo prevê a remuneração extraordinária em até 90%, extremamente onerosa ao empregador; c) o aumento do desconto de vale-transporte, eis que a OAB SP só desconta 3%, enquanto a CLT autoriza sua aplicação até 6%. O Diretor Tesoureiro e Conselheiro Ricardo Toledo Santos Filho salientou que o superávit apontado corresponde apenas a um mês de despesas da Entidade e discorreu sobre os gastos mensais elevados que impedem o dispêndio imediato de numerário com funcionários, sob pena de se voltar a recorrer ao crédito especial bancário. O Conselheiro Djalma Lacerda disse que confia na Comissão Orçamentária dessa Casa e crê na solvência das pendências, inclusive com relação aos funcionários. O Presidente Marcos da Costa

cumprimenta os presentes reiterando os cumprimentos à Advocacia Trabalhista, que hoje é modelo. Parabenizou a todos pela aprovação das contas, em especial, o Diretor Tesoureiro Ricardo Toledo Santos Filho e a Comissão Permanente de Orçamento e Contas, na pessoa do Conselheiro Leandro Sarcedo. Informou, ainda, que o Presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Pacheco Prates Lamachia, está em São Paulo/SP e possivelmente comparecerá ao término desta Sessão. Disse que amanhã, no Conselho Federal, ocorrerá um ato contra o corte orçamentário determinado na Justiça do Trabalho, salientando que esteve em Brasília e abordou o assunto com um dos assessores do Presidente em Exercício, Michel Temer, que se comprometeu em apresentar alternativas para a questão. Agradeceu os serviços prestados pela Conselheira Eliana Malinosk Casarini, que foi inclusive Presidente da Subseção de Santana, no mandato passado, e que agora renunciou ao mandato de Conselheira, por questões pessoais. Comunicou que a ADIN paulista, proposta contra a lei municipal que criava mais de 600 cargos comissionados na ALESP, foi julgada procedente, por unanimidade, cumprimentando o Diretor da CAASP, Adib Kassouf Saad, pela confecção da inicial e sustentação oral no feito. Cumprimentou a Comissão da Mulher Advogada, na pessoa da Conselheira Katia Boulos, pelo ato contra a violência feminina, ocorrido em 4.6.2016, no Teatro Gazeta. Disse que o Governo do Estado depositou 160 milhões, dizendo haver zerado os argumentos alusivos às Requisições de Pequeno Valor (RPV) estaduais pendentes, crendo que até 2020 todos os precatórios estarão quitados, devido à PEC que foi aprovada no Senado e agora aguarda a chancela da Câmara. Discorreu sobre a tentativa de alteração do regime Supersimples, com elevação de alíquota de recolhimento dos advogados, de 4,5% para 6%, salientando que já contatou a Senadora Paulista Marta Suplicy, relatora da proposta, que manteve o percentual vigente de 4,5% para a classe. Que será necessário o contato e apoio dos demais Senadores Paulistas: Aloysio Nunes e José Aníbal, requerendo o voto em prol da Advocacia, ou seja, pela manutenção dos 4,5% de alíquota. Congratulou o Conselheiro Martim de Almeida Sampaio pelo trabalho realizado, destacando a proposta enviada pela OAB SP ao Governador, de instalação de câmeras de vigilância nas viaturas policiais. Frisou que na sexta-feira passada recebeu o atual Ministro da Transparência, Torquato Jardim, nesta Entidade, e lhe apresentou as propostas advindas da Campanha Corrupção, não!, dentre as quais já obteve o atendimento de duas delas, a saber: a criação dos Comitês de Desburocratização e de Regulação do Lob. Ressaltou a emissão de duas resoluções no Conselho Nacional do Ministério Público, a primeira, no tocante à legalidade da contratação de advogados por entes públicos, e, a segunda, que reconhece a inviolabilidade do local de trabalho do advogado, ou seja, pela legislação vigente, estabelecendo vários critérios para decretação da sua quebra. Que a OAB SP promoverá um evento em homenagem aos 100 anos de nascimento do advogado e político André Franco Montoro, grande referência do Direito e da seara pública. Que a próxima Sessão do Conselho e Câmaras Recursais ocorrerão em Campinas/SP, nos dias 18 e 19 de julho próximo, sendo a primeira sessão numa cidade do interior paulista, algo inédito desde 1932, quando da criação da OAB. O Conselheiro José Pablo Cortes aduziu sobre os cortes orçamentários, que vem ocasionando o fechamento dos Postos Fiscais, destinados ao recolhimento do ITCMD, em algumas cidades do interior, obrigando os advogados a se deslocarem para outras localidades, gerando despesas desnecessárias ao jurisdicionado. Requereu intervenção da Entidade para informatização integral do sistema. O Conselheiro Ivan da Cunha Sousa apontou que tal problema vem sendo diagnosticado também na sua região. O Presidente Marcos da Costa anuiu com o pleito, solicitando que os Conselheiros providenciassem o ofício, que conteria suas respectivas assinaturas, para remessa do pleito. O Conselheiro José Meirelles Filho reforçou a essencialidade destes postos fiscais nas comarcas, destinados ao recolhimento do ITCMD, frisando que a extinção deles gera despesas ao jurisdicionado e ao advogado que atua como defensor público, obrigando-os a arcar com a locomoção até cidades próximas. O Conselheiro Eli Alves da Silva alertou sobre a auto composição na Justiça do Trabalho, que não há previsão legal na CLT, sendo que tais processos vêm impactando os litígios já instalados, devido à burocratização no Judiciário. Que as “casadinhos” (auto composições / homologações destinadas a vedar ingresso de demandas laborais) além de não éticas, podem trazer problemas penais ao advogado, sugerindo que a Entidade traga a questão das homologações judiciais à discussão, evitando a exposição dos advogados. Expôs sua posição favorável à auto composição, dizendo que espera idêntico posicionamento da OAB SP. O Presidente Marcos da Costa disse que o tema será abordado em Audiência Pública, no CNJ, ainda esta semana, pelo Conselheiro Otávio Pinto e Silva, solicitando que tal assunto seja debatido entre ambos os Conselheiros para que haja uma abordagem também do tema trazido à baila. O Conselheiro Fabio Guedes Garcia da Silveira sugeriu, para elidir custos desnecessários decorrentes da locomoção de palestrantes (avião, hotel, táxi, alimentação etc), a dis-

ponibilização de cursos no site da Entidade, via on line. O Presidente Marcos da Costa disse que a redução dos custos é uma preocupação constante da Diretoria, que usará, além da ferramenta da web, a parceria com a TV Cultura, para difundir tais cursos. O Conselheiro Júlio Cesar Fiorino Vicente disse que esta semana foi transmitido um curso via facebook e foi um sucesso, atingindo números elevados de acesso. O Conselheiro Luiz Eugênio Marques de Souza sugeriu a digitalização do Jornal do Advogado, por questões de economia e praticidade, ressaltando – sobre a permanência do enquadramento da alíquota de 4,5% do Simples – que talvez não haja real vantagem à Classe, eis que o recolhimento no patamar de 6% já inclui a contribuição previdenciária patronal, sendo necessário um estudo sobre o caso. O Diretor Tesoureiro e Conselheiro Ricardo Toledo Santos Filho frisou que a digitalização do Jornal do Advogado vem sendo elaborada e de modo gradual substituirá a impressão atualmente existente. A Secretária-Geral Adjunta Gisele Fleury Charmillot Germano de Lemos ressaltou que outra novidade que o setor de informática desenvolveu é o acesso dos feitos disciplinares via web, pelos Conselheiros, já estando disponível os pedidos de vista. Que dentro em breve todos os feitos serão digitalizados, para as partes, implicando em significativa economia. A Conselheira Clemência Beatriz Wolthers ressaltou a elevação do número de sociedades de advogados, neste ano, que em apenas quatro meses se constatou 1.375 sociedades unipessoais constituídas, dizendo computar mais de 400 sociedades novas ao mês; que atualmente temos 15.603 sociedades ativas nesta Seccional, acreditando que a proliferação destas decorre em muito do Simples Nacional, motivo pelo qual ressalta a importância do projeto da Marta Suplicy. O Conselheiro Otávio Pinto e Silva disse que o CNJ fará uma Audiência Pública sobre mediação e conciliação, cujas pautas serão: necessidade de núcleos de mediação/conciliação em 1º e 2º graus; qualificação dos mediadores; mediação privada; mediação pré-processual; e, participação da Advocacia e do Ministério Público na mediação. Cumprimentou os presentes que estiveram na posse da Comissão Especial de Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo, ressaltando a importância deste núcleo. O Presidente Marcos da Costa destacou a qualidade dos nossos eventos e os elogios a eles despendidos, citando a palestra recente de um americano especializado em financiamento de campanhas políticas. O Conselheiro José Eduardo de Mello Filho propôs que se regionalizassem os cursos e palestras no interior, para aumentar o número de alunos. Comunicou, com relação ao projeto do governo de transferir o convênio de assistência judiciária, da Defensoria Pública para Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, haver angariado o apoio de dez deputados estaduais do Democratas, na ALESP. O Presidente Marcos da Costa ressaltou que este projeto nasceu num Colégio de Presidentes, dizendo que a OAB SP, não tem partido político, que o importante é angariar apoio para a Advocacia, independente da base política, citando o projeto do NECrim, que se encontra com o Deputado José Mentor, na Câmara dos Deputados. Salientou as visitas, nesta Seccional, dos Drs. Márcio Fernando Elias Rosa, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo e Gianpaolo Poggio Smanio, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo. Disse ser importante que os advogados paulistas saibam que podem contar com esta Entidade, citando inúmeros casos graves, ocorridos e sanados mediante tal intervenção. O Conselheiro José Eduardo de Mello Filho, sobre o Fórum de São José do Rio Preto, informou que as obras estão paradas, devido denúncias de superfaturamento. O Presidente Marcos da Costa disse que irá agendar uma reunião com a Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania, responsável pela construção dos fóruns estaduais, para apurar o que vem ocorrendo. A Conselheira Rosângela Maria Negrão agradeceu sua nomeação como Presidente da Comissão Especial de Direito à Saúde. Salientou que o Banco do Brasil S/A, responsável por todos os depósitos judiciais, decidiu não mais informar o juízo quanto à custódia dos numerários depositados em seus cofres, obrigando os advogados à obtenção desta informação via judicial. O Presidente Marcos da Costa se dispôs a falar com o TJSP e a Diretoria do Banco do Brasil S/A, discorrendo, ainda, sobre problema recente relativo à demora no levantamento dos depósitos e expedição de guias. Disse que outrora conversou com o Banco do Brasil S/A sobre a disponibilização, via aplicativo de celular, de liberação de depósitos e guias. O Conselheiro Júlio Cesar Fiorino Vicente ressaltou que a aula de aposentadoria especial da ESA, disponibilizada no facebook pode ser vista e compartilhada por todos. O Conselheiro Sidnei Alzidio Pinto, sobre as solicitações de providências que são encaminhadas à Entidade, requereu a criação de um expediente eletrônico para cada pleito remetido, com possibilidade de acompanhamento do proponente. Ressaltou, ainda, com a possibilidade de prisão dos condenados após decisão de segunda instância, o desespero dos criminalistas, que já estão se valendo da reclamação criminal, tendo em vista a pouca eficácia dos habeas corpus impetrados. O Presidente Marcos da Costa disse, sobre o tema, que foi proposta ADIN promovida pelo CFOAB. Que a mídia confunde tal questão com a Lava Jato, expondo ainda sobre a falência do